

## **EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, DA APOSENTADORIA E DOS EMPREGOS, É PRECISO DERROTAR O GOVERNO BOLSONARO TAMBÉM NAS RUAS**

As manifestações em defesa da educação pública e contra os cortes de verbas das Universidades e Institutos Federais, convocadas pela UNE, UBES e várias entidades sindicais que representam os profissionais de educação, com o apoio das centrais sindicais, levaram novamente centenas de milhares às ruas de todo o Brasil.

Os atos realizados no mês de maio contribuíram para o impulsionamento da greve geral de 14 de junho. Após os primeiros 100 dias do novo Governo, o 15 de maio foi o primeiro grande ato contra o Governo Bolsonaro, que unificou as categorias em defesa da educação, recebendo amplo apoio popular, demonstrando a indignação da sociedade com os ataques à Educação Pública. As manifestações do dia 30 de maio também foram muito fortes e superaram, na maioria das grandes cidades brasileiras, os protestos reacionários pró-Bolsonaro no último domingo de maio. Mais uma vez o segmento da educação demonstrou, de forma inequívoca, que o movimento em defesa da educação pública e contra os ataques do governo de extrema-direita está firme e apenas começou.

As manifestações nacionais chegaram a acontecer em mais de 130 cidades, em pelo menos 25 estados, além do Distrito Federal, segundo a própria imprensa burguesa. Os maiores protestos novamente ocorreram nas principais capitais do país, em especial: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília, entre outras.

O movimento de defesa da educação vem ganhando cada vez mais a simpatia e apoio da população. Afinal, muitos sabem da grande importância dos investimentos na educação pública para o futuro da juventude e do próprio país (como, por exemplo, as cidades onde hoje são implantadas a expansão universitária) nos últimos anos e já estão percebendo também que, com Bolsonaro no governo, a vida do povo trabalhador só piora, já que nos primeiros meses a economia voltou a encolher, o desemprego aumentou na maior parte do país, atingindo o índice 13,5%, como também aumentaram os índices de desalentados, que são as pessoas que já desistiram de procurar empregos devido a tanto tempo desempregadas por não se adequarem aos padrões do mercado; os serviços públicos estão abandonados e a desigualdade de renda e a injustiça social só se aprofundam.

Durante esse período entrou em vigor a Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais. A FASUBRA fez todos os esforços para garantir uma agenda para iniciar as negociações, mas tanto o Ministério da Educação, quanto o restante do governo Bolsonaro insistem em ignorar a pauta das categorias. Por isso, a necessidade de derrotar a pauta do governo para, assim, podermos retomar a pauta da classe trabalhadora.

O governo Bolsonaro e a maioria corrupta e reacionária do Congresso Nacional querem jogar sobre os ombros da maioria da população todo o peso da crise econômica que se avizinha.

Cresce também a percepção de uma parte expressiva do povo de que a famigerada reforma da previdência não combate privilégios, e quer, na verdade, impedir muitos de se aposentarem, avançando na destruição da Previdência Social.

Enquanto isso, as grandes empresas e bancos devem mais de R\$ 500 bilhões aos cofres da Previdência - sem deixar de lembrar dos contratos milionários com artistas renomados, tentando iludir a população que não tem acesso a verdade sobre o papel estratégico da seguridade social sacramentada na Constituição de 1988 - e ninguém do governo, do Congresso

ou do Poder Judiciário faz nada para cobrar esta dívida absurda dos ricos e poderosos. Não à toa, para além da Educação, a pauta contra a Reforma da Previdência também marcou os protestos, com presença forte nas falas das organizações que compuseram as manifestações.

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, já afirmou que quer privatizar o que sobrou de nossas estatais, a começar pelas Refinarias da Petrobrás e os Correios, e entregar as nossas riquezas, como a Amazônia, o Petróleo e o Pré-sal para exploração de empresas estrangeiras, especialmente dos EUA e, recentemente, com o recente aval do STF que autorizou a privatização da subsidiárias sem passar pelo Congresso Nacional.

O governo Bolsonaro anunciou que lançará, no dia 12 de junho, uma campanha publicitária para a aprovação do pacote anticrime, proposto pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro.

O pacote prevê uma série de mudanças na legislação penal e processual do país, que limita ainda mais a possibilidade de defesa e o acesso à Justiça da maioria da população, justamente a mais criminalizada também pelo racismo estrutural e pela pobreza. Além disso, o projeto pretende dar segurança jurídica ao aumento da violência policial, atingindo diretamente os mais pobres, mulheres, negros e negras e comunidade LGBTI. O governo Bolsonaro e a maioria do Congresso tentarão implementar medidas para enfrentar os movimentos sociais de resistência.

O pacote anticrime, ao lado da reforma da Previdência e os cortes na educação fazem parte dos principais ataques do governo Bolsonaro à classe trabalhadora. Ele representa exatamente a coroação de um projeto político que tem como um de seus motes o desmonte dos direitos sociais e o aumento da violência do Estado, especialmente contra negros e negras, como demonstram os helicópteros da polícia atirando a esmo sobre favelas e bairros periféricos.

Outro item relevante da conjuntura que precisa ser analisado é o tal pacto dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) para o desenvolvimento do país proposto pelo governo Bolsonaro. E o que há de errado no pacto? A presença do Judiciário. Cabe ao Judiciário zelar pelos preceitos republicanos da Constituição cidadã, jamais fazer conchavo com o Executivo. O ativismo judicial realizado por parte do poder Judiciário é uma arma poderosa que o governo vem usando para entregar as riquezas do país ao capital internacional e retirar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. O exemplo mais recente desse ativismo judicial é a decisão do Supremo Tribunal Federal que permitiu a venda de subsidiárias de empresas públicas estatais sem autorização do poder Legislativo. Um assunto estritamente político que foi transferido para o âmbito jurídico para garantir a venda das empresas públicas e atacar a democracia. Ou seja, a possibilidade de abertura de porta paga nos HU, que sempre foi alertada por esta Federação, se torna uma realidade.

Uma das pautas do STF nas próximas semanas é justamente, em nome do desenvolvimento do país, votar a possibilidade da redução de jornada dos servidores públicos com redução de salários. O que acabaria de vez com a possibilidade da flexibilização de jornada para os Técnico-Administrativos da IES.

Outro item que afetou a democracia no país foi a sanção da lei da anistia dos partidos políticos que não investiram nos últimos anos na participação política das mulheres, um ataque frontal a participação da mulher na política.

Ainda que tenha sido arquivado no final do ano passado na Câmara dos Deputados, graças a mobilização dos setores da educação, o Projeto Escola Sem Partido ainda constitui mais um dos ataques do governo. Ainda existem mais de 200 projetos semelhantes tramitando em Câmaras

Municipais, Assembleias Legislativas Estaduais e no próprio Congresso Nacional. Tais projetos cerceiam a liberdade de cátedra e censuram discussões sobre gênero nas escolas, o que constitui em um grande ataque a educação.

A novidade do Governo são as alterações no Código Nacional de Trânsito que libera a delinquência e retira itens importantes de proteção à vida (cadeirinha e assento das crianças). O que mostra, mais uma vez, irresponsabilidade já que além de aumentar o número de mortes, quanto mais acidentes no trânsito maior, é a necessidade de gastos públicos em saúde, assistência e previdência social aumentam.

Após a força das manifestações nacionais dos dias 15 e 30 de maio, a prioridade absoluta dos movimentos da classe trabalhadora, da juventude e dos oprimidos deve ser a construção pela base uma grande Greve Geral no dia 14 de junho. Devemos seguir o exemplo dos trabalhadores da Argentina, que realizaram no último dia 29 de maio, a sua sexta greve geral contra os ataques aos direitos sociais desferidos pelo governo de direita do atual presidente Macri, amigo e aliado de Bolsonaro.

O momento exige a máxima unidade de ação. Devemos multiplicar as banquinhas nos locais de trabalho, estudo e moradia para ampliar o diálogo com a população, intensificando o trabalho com o abaixo-assinado contra a reforma da previdência.

Os sindicatos devem convocar assembleias de base em todas as categorias para não só votar a participação na Greve Geral, como também avançar na organização da mobilização.

A luta contra esse governo de extrema-direita não é uma tarefa fácil. A luta passa a ser por existência e sobrevivência, principalmente para as Mulheres, Negras e Negros da periferia, a população LGBTI. Marielle Franco ousou lutar contra as milícias e em defesa da vida dessas populações, e pagou com sua vida. Mas, a justiça para Marielle só será feita quando a pergunta de “quem mandou matá-la?”, for respondida.

O único caminho possível para resistir é apostar na mobilização e organização contra a reforma da previdência, os ataques à educação pública e as privatizações, defendendo a soberania nacional. Nossas mobilizações, nas próximas semanas, devem pautar também a defesa das liberdades democráticas e contra as opressões; a denúncia da política genocida de extermínio da juventude negra, os ataques aos direitos das mulheres e da comunidade LGBTI, a luta contra o dito projeto “anticrime” do Moro, que libera para as Forças Policiais uma “Licença para Matar” através de uma alteração na regra de excludentes de ilicitude e também acaba com a Presunção de Inocência no Brasil, considerando culpado o cidadão acusado, antes de esgotadas suas possibilidades de defesa; é preciso ainda pautar nas mobilizações a defesa das Liberdades Democráticas e contra criminalização dos Movimentos Sociais, como por exemplo a prisão do Lula e os 23 presos do Rio de Janeiro. Liberdade já!